

Alemanha na Baixa Idade Média - Feudalismo e Cavalaria*

Klaus Militzer – Ruhr-Universität Bochum
Tradução: Álvaro Alfredo Bragança Júnior – UFRJ

A Baixa Idade Média, a época dos Otões, Sálios e Stauffer, do século X até o início do XIII, conta entre os pontos culminantes da história do Império Alemão na Idade Média. Este período também pertence, por conseguinte, a um dos temas preferidos da antiga historiografia alemã. Falava-se sobre a grandeza do império, admirava-se os feitos dos soberanos e desfrutava-se um pouco do brilho dos imperadores medievais. Não posso deixar de ter a impressão, após a leitura de alguns tratados e livros, de que os autores julgavam também ter caído sobre eles algo do brilho, que eles tinham atribuído aos soberanos há muito tempo falecidos. Somente de forma gradativa impôs-se uma tímida reflexão, que despiu o *pathos* nacional. Isto não significa, que os historiadores dos séculos dezenove e vinte não tivessem apresentado resultados. Muito pelo contrário, diante de muitas de suas publicações, mantenho o maior respeito. Contudo, como cada época retrabalha sua história, da mesma forma minha geração, após a Segunda Guerra Mundial, teve que fazê-lo. Fomos obrigados a valorar de forma nova a História, procurar abarcá-la em outros contextos, a fim de chegar, com a ajuda de outros questionamentos, a novos resultados, e que venham mais depressa ao encontro de nossos interesses¹.

Através de novos questionamentos e métodos de investigação a Medievística alemã, por exemplo, chegou a uma outra valoração do papel do rei, em se comparando com o que pode ser lido até hoje nos manuais mais antigos². Entretanto, isto já é um outro tema, pois também ao se ocupar com a área que podemos reescrever como „Feudalismo“ e „Cavalaria“, a Medievística chegou a novos resultados. Enquanto, antigamente, a manifestação do feudalismo tornara-se uma arena da história do Direito e ameaçava degenerar-se em um campo de discussão de formalismos jurídicos³, a discussão modificou-se hoje e voltou-se para as manifestações sociais, as repercussões políticas e possibilidades de realização. A discussão gira cada vez mais ao redor da transformação das formas de manifestação feudal no decorrer do tempo e, por conseguinte, tornou-se também novamente histórica, assim por dizer, retornou aos quadros de referência da reflexão histórica e com isso voltou a ser um campo específico dos historiadores, sem que, ao mesmo tempo, os conhecimentos de história do Direito tivessem sido totalmente colocados de lado⁴.

Nós deixamos à parte os primórdios e nos dedicamos ao sistema feudal desenvolvido, como já tem sido concebido de forma sempre mais vigorosa desde o século X. O que era o feudalismo? François Louis Ganshof já fizera a pergunta em 1944 e sobre isso escreveu um livro muito respeitado e ainda hoje digno de leitura⁵. Gostaria expressamente de chamar a atenção do leitor, já que em meu artigo não pretendo nem posso entrar em todos os detalhes. A partir de muitas fontes, como também de representações pictóricas, sabemos como a doação do feudo se processava. Especialmente nítido é o *Sachsenspiegel*, um livro de direito do início do século XIII⁶. Quando uma relação feudal deveria ser instituída, o vassalo – feudatário do senhor, o doador do feudo - aproximava-se, ajoelhava-se e colocava suas mãos nas do senhor feudal. Este envolvia com suas mãos as do feudatário. Esta era a parte plena de simbologia do ato da *commendatio*. Este gesto era problemático, pois pertencia originariamente ao âmbito da servidão. Os servos colocavam-se sob a proteção do senhor e submetiam-se a ele com este gesto. As antigas estirpes de soberanos e senhores, que se sentiam iguais aos imperadores e reis, deveriam ter reservas diante de tais gestos de submissão. Na realidade, sabemos a respeito da linhagem dos guelfos, que Eticho, no século IX, abandonara seu filho Henrique, pois aquele recebera um feudo de Henrique e com isso diminuía sua posição social. Eticho recusou-se até o fim de sua vida a se encontrar mais uma vez com seu filho⁷. Ele não o considerava mais como seu igual. A posição de Eticho já não era mais sustentável em sua época. Nenhum nobre poderia dar-se ao luxo, naqueles dias, de dispensar feudos e com isso rejeitar o gesto de submissão.

O feudo possuía uma outra importância, pois o arrendamento estava preso ao gesto. O feudatário recebia alguma coisa do senhor feudal, na maioria das vezes terras e pessoas, as quais trabalhavam a terra. Como feudos também podiam ser concedidos impostos alfandegários ou outros rendimentos. As famílias principescas representadas no império recebiam seus principados do imperador ou rei como feudos de estandarte „*Fahnenlehen*“. Com a entrega de uma divisa o principado era confiado ao feudatário, isto é, em um ato do mesmo modo plenamente simbólico. Para efeito jurídico, este acontecimento devia ocorrer em público, diante de uma platéia mais ou menos numerosa⁸. Feudos de estandarte, por conseguinte, eram frequentemente distribuídos em conselhos imperiais a céu aberto. Eles possuíam importância para todo o império. Por muito tempo acreditou-se que o imperador ou o rei eram forçados a conceder os feudos, em especial os de estandarte. Todavia, as fontes não dão pretexto para uma tal afirmação. Entretanto, o que é certo é o fato de que os senhores não conservavam na maioria das vezes por muito tempo tais feudos em suas mãos, caso os feudos tivessem caído em suas mãos, já que a linhagem regente na terra fora extinta ou expulsa⁹.

Contudo, deve-se saber claramente, que os imperadores e reis não podiam com frequência fazer muito com terras tão grandes. Eles não dispunham de nenhum corpo administrativo abrangente que lhes obedecesse. Por fim, reis e imperadores foram obrigados a recompensar seu séquito, caso quisessem uni-los a eles. Desta forma, nada mais lhes restava a não ser doar mais uma vez os feudos.

Quem recebia o feudo prestava, em seguida à *commendatio* com a imposição de mãos, um juramento de fidelidade, pelo qual prometia servir ao senhor feudal. O serviço consistia especialmente no serviço militar. Devido ao feudo o vassalo deveria subir na classe social, manter um cavalo e, como cavaleiro, lutar a cavalo. No caso de feudos maiores, aquele deveria ser colocado em condições de servir com um grupo de homens. O número de vassalos era algumas vezes fixado, contudo podia sempre oscilar conforme a solicitação. Se um vassalo viesse com muito poucos seguidores, ele sujaria sua própria honra. Quanto mais extenso fosse o número de seguidores, mais prestigiado ele seria aos olhos de seus companheiros de nobreza como aos olhos dos reis e de todos. O rei ainda exigia além dos serviços de guerra a participação nas viagens à Roma para as coroações imperiais em Roma pelo papa¹⁰. Acrescia-se a isso o dever do vassalo de estar com seu conselho ao lado do senhor em todas as questões. Além disso também poderia ser requerida uma contribuição para o enxoval da filha do senhor por ocasião de um casamento ou para a libertação do senhor de um cativo. O senhor, por seu lado, também estava comprometido a acolher o conselho de seus vassalos e protegê-los, auxiliá-los em juízo ou resgatá-los do cativo em caso de guerra. O vínculo feudal era construído, portanto, sobre reciprocidade. Todavia, ele somente podia funcionar, se o senhor feudal fosse mais poderoso que seus vassalos, se, portanto, os vassalos – como anteriormente temera Eticho – fossem obrigados a se submeter ao seu senhor feudal e não pudessem negociar de igual para igual¹¹.

Uma dificuldade adentrou o em si simples sistema feudal, no momento em que também os príncipes eclesiásticos receberam feudos, também feudos de estandarte e até mesmo lhes sendo transmitido poder ducal. Especialmente os Otões e os primeiros Sális, nos séculos X e XI, contavam com arcebispos, bispos e abades, concediam-lhes inúmeras propriedades e por isso deles exigiam uma considerável prestação de serviços, também serviços de guerra. Os príncipes temporais eram enfeudados com o bastão e o anel, antes de assumirem suas funções e de receber as ordenações eclesiásticas correspondentes ou poderem ser introduzidos em suas funções¹². Esta prática encontrava uma crescente crítica no século XI. Os reformadores do círculo do mosteiro de Cluny julgavam a prática como simonia, isto é, como venalidade da função eclesiástica. Contra a concessão de funções pelo rei ergueu-se o papa Gregório VII,

proveniente do círculo reformista. O conflito foi conhecido mais tarde pelo nome de questão das investiduras, atingiu o Império Alemão de forma bastante dura, mas também conduziu à reformas em outros estados. Um equilíbrio foi finalmente obtido na assim chamada Concordata de Worms de 1122. Segundo a mesma, o imperador Henrique V desistia da investidura de bispos, mas podia ele próprio ou por meios de um representante estar presente por ocasião da escolha e investia o príncipe eclesiástico antes da investidura com o cetro. O imperador mantinha assim suas possibilidades de influência sobre a escolha¹³.

Os príncipes temporais podiam administrar seus extensos feudos imperiais exatamente tão pouco quanto os príncipes seculares. Eles próprios também não podiam prestar serviços de guerra, mas dependiam de guerreiros seculares. Eles eram, portanto, obrigados a passar os feudos adiante. Especialmente preferidos pelos grandes do mundo eram os feudos dos príncipes temporais. Nessa altura surgiu, porém, uma dificuldade. Na assim chamada hierarquia nobilitária „*Heerschildordnung*“, o rei ocupava a ponta, porque ele apenas concedia feudos sem receber nenhum. Depois dele ocupavam lugar primeiramente os grandes do mundo. Então vinham os príncipes temporais, os condes menos importantes etc. até os assim chamados simples cavaleiros „*Einschildritter*“, que somente recebiam feudos, porém não podiam passá-los adiante, já que não estavam em condições de fazer isso. Se os príncipes recebiam feudos de eclesiásticos, tal fato, na verdade, conforme a hierarquia nobilitária, teria que rebaixar sua classe. Isso já devia ter sido sentido por Eticho. Todavia, acordou-se por fim, que os grandes do mundo podiam receber feudos dos eclesiásticos sem que isso tivesse efeitos em sua classe. Na hierarquia nobilitária os príncipes seculares moveram-se para a terceira posição, atrás dos eclesiásticos, porém eram tidos pelo rei ou imperador como de mesma posição que os príncipes temporais¹⁴. Observa-se, quão difícil era também para os contemporâneos edificar um sistema, que justificasse todas as manifestações da vida¹⁵.

Os feudos de eclesiásticos serviam com frequência aos grandes do mundo para aumentar seus territórios e expandir seu domínio sobre outras regiões. Por causa desta vantagem todos os senhores deixaram para trás seus escrúpulos e contentaram-se com o terceiro lugar na abstrata hierarquia nobilitária, atrás dos príncipes temporais. Seus interesses em formar um grande território pesou mais que os escrúpulos de classe.

O fortemente alinhado sistema feudal, pelo fato dos grandes também receberem feudos dos eclesiásticos, tomou uma direção, a qual como eficaz elemento condutor deveria levar à sua dissolução, pois os príncipes tiveram que prestar um juramento de fidelidade não apenas ao rei, mas também ao príncipe temporal e estavam comprometidos para todos os casos tanto

com o rei quanto com o bispo. A quem ele devia seguir, caso se chegasse a um conflito entre rei e arcebispo? Este conflito poderia e pôde na maioria das vezes ser facilmente resolvido, porque o rei podia se apoiar não apenas no sistema feudal, como também em outros direitos, sobre os quais ainda discorreremos. Como os príncipes tratavam os poucos e restantes vassallos distintos. Eles tomavam, por fim, feudos de diversos senhores feudais. Todos estavam presos a um juramento de fidelidade. Porém, como eles deveriam se comportar em caso de conflito? Que garantias teria o senhor feudal, de que os serviços a ele prometidos pelos feudos seriam cumpridos? A constelação do enfeudamento múltiplo permitia aos vassallos poder decidir como eles queriam se comportar. Ela lhes proporcionava uma margem de ação, que poderiam utilizar. O senhor feudal, em contrapartida, não estava mais tão seguro de seus vassallos, como ele gostaria de esperar e como antigamente com eles lidava¹⁶.

No início, o senhor feudal podia proceder de forma rigorosa no caso de violações contra os deveres de um vassallo e retirar o feudo. Contudo, no decorrer do século X e especialmente no XI e nos séculos seguintes entrou no lugar do senhor a justiça feudal, que deveria julgar as infrações e então pronunciar as sentenças. Entretanto, este tribunal que não eram tribunais públicos, mas sim instituições do senhor e pertenciam ao seu campo intrínseco de realização, foram de forma gradativa cada vez mais ocupados pelos próprios vassallos. O senhor feudal apenas o presidia. Os vassallos julgavam seus companheiros e proferiam a sentença, a qual o senhor apenas podia mandar cumprir¹⁷. A vontade do senhor feudal era também neste âmbito restringida pelos vassallos. Da mesma forma, o tribunal feudal assegurava aos vassallos possibilidades de organização de acordo com seus interesses. Os feudos múltiplos e o tribunal feudal levaram finalmente a uma emancipação dos vassallos do senhor feudal. O verdadeiro e sólido vínculo que devia unir o vassallo ao seu senhor feudal fora, de forma reiterada, afrouxado e criara para ambas as partes, especialmente, porém, para os vassallos, um maior campo de ação¹⁸.

Os senhores feudais não quiseram aceitar sem luta a evolução. Em primeiro lugar criava-se na França a „*ligesse*“. O rei francês exigia de seus vassallos que lhe servissem em desde o princípio e em primeiro lugar. Caso um juramento não fosse contra o dever de serviço ao rei, poderia ser prestado, caso contrário o serviço ao rei viria em primeiro lugar. Esta idéia foi apropriada por outros senhores feudais, que tentaram aplicá-la para com os seus vassallos. A concepção do vínculo lógico também foi aproveitada no Império Alemão, porém não pôde ser implementada. No império, o próprio imperador ou rei não estava em condições para tanto. A realização de tais concepções era tanto antigamente quanto hoje em dia uma questão das possibilidades políticas de implementação, que não existiam no Império Alemão¹⁹.

O sistema feudal era seguramente uma pedra basilar, na verdade uma importante pedra basilar para a implantação e manutenção da pirâmide social de então. Do rei até ao último e mais simples cavaleiro, cada nobre ocupava sua posição. Contudo, podia se tornar evidente, que cada posição respectiva era passível de mobilidade, mas sim que podia haver movimentos de ascensão e descenso. Algumas famílias puderam com a ajuda dos feudos ampliar suas posições por aproveitarem habilmente as possibilidades que se lhe ofereciam, outras, com pouca sorte, ruíram.

A posição do rei ou imperador no ápice da pirâmide feudal não era definida apenas pelo feudalismo²⁰. O rei ou imperador não era somente o principal senhor feudal, mas muito mais. Na época otônica os soberanos eram tidos como investidos e coroados por Deus. Eles recebiam sua legitimação do próprio Deus e reivindicavam para si um *status* temporal. Já que estes eram investidos e coroados por Deus, os príncipes e eclesiásticos colocavam-se bem abaixo daqueles²¹. Esta sobrelevação da realeza, em comparação com a França, retrocedeu, todavia, no Império Alemão. Pelo fato dos príncipes e, por fim, de um determinado número de príncipes eleitores escolherem o soberano, prevaleceu entre os príncipes e em especial entre os príncipes eleitores o ponto de vista de que os reis lhes deviam sua eleição e posição²². O rei foi rebaixado de sua posição superior para o nível dos príncipes e, em todo caso, era um „primus inter pares“. Alguns príncipes eleitores, como alguns arcebispos de Mainz, julgavam-se superiores aos reis por eles escolhidos²³.

Não obstante, tanto no Império Alemão quanto em qualquer lugar na Europa medieval, não era apenas o sistema feudal que determinava a estrutura da sociedade, como também paralelamente existia o assim chamado direito da terra, que concorria em parte com o direito feudal²⁴. Nem tudo estava sujeito ao direito feudal. O imperador ou rei, por exemplo, concedia direitos judiciais em forma de transferência de poder senhorial „*Bannleihe*“, que nada tinha a ver com o direito feudal. Somente quem obtivesse este poder senhorial do imperador ou de seu representante poderia decidir sobre vida ou morte e pronunciar penas físicas²⁵. Estes julgamentos públicos não eram realizados conforme o direito feudal. Tais julgamentos serviam frequentemente aos senhores feudais para conformar seu território, pois estes julgamentos davam aos proprietários um direito legítimo sobre a população sujeita à mesma justiça. Com o auxílio deste poder coercivo, os senhores conformaram seus territórios e os mantiveram sob controle, em todo caso bem mais do que com a ajuda do direito feudal²⁶. Querelas sobre bens imóveis, que não eram feudos, mas sim propriedades dos senhores chamadas alódios, subjaziam ao direito feudal. O empenho dos príncipes e grandes senhores orientava-se por não permitir em todos os casos possíveis alódios aos seus vassalos, mas sim

transformar seus alódios em propriedades feudais, para deste modo obter uma maior influência sobre seus vassalos, pois alódios conferiam ao possuidor um torrão de independência²⁷.

Um outro critério proveio do direito feudal, qual seja, a diferenciação entre livres e nobres, de um lado e servos do outro. Todavia, a princípio, esta diferenciação estava pelo menos até aqui ligada ao direito feudal, quando apenas livres ou nobres, mesmo aristocratas podiam receber feudos, eram enfeudáveis. Com o decorrer do tempo os burgueses somaram-se àqueles, aos quais eram assegurados feudos, mas que não podiam passá-los, em todo caso não ainda. Na Idade Média Tardia isto também se modificou. Por fim também houve feudos de camponeses, os quais porém não eram reputados como feudos de valor integral. Isso pode ser depreendido do *Sachsenspiegel*, que alude à inaptidão de camponeses, comerciantes, eclesiásticos e mulheres para receber feudos, contudo deixa investir aos camponeses com um lote de terra²⁸.

Não existiam apenas camponeses servos no Império Alemão, mas também outros servos, que viviam como serviçais na casa do senhor e realizavam as tarefas ao bel prazer deste último. Como servos, todos eles estavam inaptos a receberem feudos. Contudo, os imperadores, reis, outros príncipes e nobres rapidamente reconheceram as vantagens que se lhes ofereciam, caso se incumbisse a esses servos de serviços e funções. Nas fontes, tais serviçais são encontrados como *ministeriales*. Estes serviçais ou ministeriais eram qualificados de ministeriais do Império, quando estavam a serviço do Império. Todos esses serviçais não possuíam nenhum direito a um feudo. Se agraciados com propriedades, seus senhores poderiam novamente retirá-las deles. Após a morte do serviçal aquelas voltavam para as mãos do senhor. O serviçal não podia desposar nenhuma mulher sem a permissão de seu senhor. Este, na maioria das vezes, apenas dava seu consentimento para um casamento, se a mulher fosse proveniente de uma de suas famílias de ministeriais, pois então os descendentes lhe pertenceriam e ele não precisaria dividi-los com um outro senhor. Em outros casos, disposições de grande envergadura, que foram fixadas em documentos ainda hoje guardados em arquivos, podiam ser frequentemente tomadas. Já que os ministeriais não podiam legar suas propriedades e eram dependentes de seus senhores em todos os aspectos, embora pudessem ser totalmente competentes, os senhores os colocavam na administração de propriedades, incumbiam-nos de tratar das cavalariaças reais e também deles exigiam serviços de guerra. Os ministeriais acompanhavam seus senhores às expedições de guerra ou às já mencionadas viagens dos reis à Roma²⁹.

Apesar dos serviços dos ministeriais, os senhores não podiam prescindir de seus vassalos livres. Em primeiro lugar, nem todo serviço podia ser confiado a um ministerial – não ainda. Em segundo lugar, um senhor não podia prescindir de seus vassalos, porque ele precisava unir esses homens livres a si, caso não quisesse perdê-los todos e, com isso, influência. Quando ele perdia vassalos, estes dirigiam-se a um concorrente pela influência decisiva em uma certa região. Em consequência disso, o arcebispo de Colônia não pôde, por exemplo, recusar os feudos aos condes de Jülich, Kleve e outros, pois estes teriam emigrado para os duques de Brabante. O arcebispo de Colônia estava de certa maneira em um dilema. Se assegurasse feudos ao conde de Jülich, fortalecia a posição deste. Deste modo, o conde conseguiu tornar-se, com o auxílio do arcebispo e às suas custas, um poderoso senhor de terras. Caso o arcebispo tivesse recusado os feudos, o conde teria se dirigido célere ao duque de Brabante e retirar-se-ia da esfera de influência do arcebispo. Os ministeriais, portanto, eram em determinados casos administradores e encarregados ideais de seus senhores, porém não podiam substituir totalmente os vassalos³⁰.

Em consequência das importantes tarefas que os ministeriais realizavam para os seus senhores e em consequência da proximidade à corte senhorial como centro do poder, seu prestígio cresceu. Eles pouco se diferenciavam em suas funções dos vassalos livres. Eles administravam propriedades e receitas. Lutavam a pé ou a cavalo como nobres ao lado de seus senhores. Sentavam-se na assembléia de seus senhores e influenciavam as decisões na corte. Já que os ministeriais encontravam-se mais frequentemente próximos aos seus senhores do que os vassalos, sua influência era, com frequência, ainda mais forte. A proximidade ao senhor, a igualdade de funções e o crescente prestígio levaram a um movimento de emancipação de graves consequências sócio-históricas. Os ministeriais, em sua origem servos, ascenderam e conquistaram na sociedade uma posição igual a da nobreza³¹. Eles, por fim, acabaram com todas as limitações no decorrer do século XII e especialmente no XIII. Adquiriram feudos e tornaram-se aptos a receberem-nos. Legaram seus feudos e desposaram nobres mulheres livres. Sentavam-se nos tribunais feudais ao lado dos nobres livres. Alguns ministeriais do Império conseguiram até montar seus próprios grandes domínios senhoriais, como os Bolandos no sudoeste, para citar apenas uma das linhagens mais importantes³². Ainda mais destacado foi o papel que soube desempenhar o ministerial do Império Marquard von Anweiler sob o reinado do imperador Henrique VI e após a morte deste como regente da Sicília³³. Estes e outros ministeriais a eles comparáveis aparentavam-se com a baixa nobreza livre, como também com alguns senhores feudais, que então eram rebaixados socialmente.

Todos estes grupos formaram, por fim, na Idade Média a assim chamada baixa nobreza em oposição aos senhores dinásticos de terras provenientes da nobreza de classe social livre.

Esta ascensão da servidão à liberdade foi favorecida pela idéia da cavalaria³⁴, um conceito que surgira e se desenvolvera no Ocidente, especialmente na França, mas foi aproveitada e prosseguida no Império Alemão pelos nobres e ministeriais. A idéia da cavalaria abrangia todos os homens que fossem capazes de portar armas, toda a ordem dos guerreiros e excluía camponeses e eclesiásticos. Um bispo podia, na verdade, adquirir do rei feudos e concedê-los, mas mesmo assim não podia se tornar cavaleiro. Por sua parte, tanto o rei quanto o último dos simples cavaleiros podia se sentir como cavaleiro e considerar-se como pertencente à ordem da cavalaria. A idéia de cavaleiros formou-se a partir de uma moral e sentimento de grupo peculiares dos guerreiros a cavalo. O cavaleiro, „chevalier“, „caballero“, „cavaleiro“ era o guerreiro a cavalo. Deste destacam-se primeiramente os senhores nobres de nascimento. Estes eram duques, condes ou fidalgos. Somente no transcurso do século XI o conceito da „militia“ abrangiu a todos os homens combatentes a cavalo, aos nobres de nascimento livre e aos servos ministeriais. No decorrer do século XII formularam-se determinados regulamentos que deveriam ser cumpridos. Para ser cavaleiro, este deveria ser armado. Isto acontecia consoante uma determinada cerimônia, que foi aperfeiçoada com o decorrer dos tempos e enriquecida com elementos sempre novos³⁵. Cerimônias eclesiásticas foram especialmente integradas como o jejum antes da sagração de cavaleiro, a demora em orações, a sagração da espada, etc.. Isto, porém, foi uma etapa posterior, pois, em sua origem, a Igreja tinha uma atitude antes cética diante da cavalaria.

Antes de alguém se tornar cavaleiro, era considerado escudeiro e servia na corte ou em um burgo de um cavaleiro reconhecido³⁶. Muitos nobres nunca foram armados cavaleiros devido aos custos instrínsecos à sagração, permanecendo por toda a vida como escudeiros. Este fenômeno encontra-se especialmente desde o século XII. Com frequência, porém, os senhores assumiam para os filhos de seus vassalos e ministeriais os custos da ordenação pela espada e da armação do cavaleiro, caso eles pudessem armar seus próprios filhos cavaleiros. Um acontecimento de tal magnitude ocorreu na Páscoa de 1184 diante de Mainz. Lá o imperador Frederico I armou cavaleiros seus dois filhos, Henrique e Frederico, e com eles um grande número de outros nobres³⁷. Tais acontecimentos também uniam a casa senhorial às famílias nobres dependentes e fomentavam vínculos, que poderiam ser mantidos por gerações.

Com a cavalaria vieram do Ocidente novas formas de jogos de lutas, os assim chamados torneios, que se desenrolavam conforme certas regras e serviam à auto-representação dos

cavaleiros³⁸. Estes jogos de lutas também subjaziam a uma evolução. A partir de conflitos desordenados desenvolveu-se uma forma de se medir forças segundo regras. Os torneios, pensados originariamente como preparação em caso de necessidade e como exercício com as armas, distanciava-se sempre mais dos primórdios e tornou-se um fim em si mesmo. Nos torneios a cavalaria celebrava a si mesmo. Durante o torneio vigia uma certa igualdade entre os combatentes participantes. Contudo, também aqui pode se observar, que diferenças de classe eram asseguradas. Um duque não lutava geralmente com um simples nobre. Quando em 1486 se deveria travar um torneio em Colônia, o imperador Frederico III proibiu a participação nele de seu filho, Maximiliano. Por trás disso também havia a preocupação pela saúde do filho, mas da mesma forma a idéia de que um filho de rei não devia se medir com duques e condes a ele subordinados³⁹. Tais idéias também estavam disseminadas nos séculos XI e XII. Estes torneios eram festas da corte, nas quais uma classe representava para si própria. Expressavam uma cultura nobre e secular, que contrastava com a eclesiástica e dela se distinguia e, por conseguinte, encontrava reservas por parte da Igreja⁴⁰. Todavia, as proibições eclesiásticas aos torneios não puderam deter a marcha vitoriosa dos jogos de lutas⁴¹, mas sim encontraram plagiadores na nobreza de todo o ocidente cristão.

Os torneios estavam ligados a outras diversões. À noite ocorria um banquete, ao qual os senhores ilustres reciprocamente se convidavam. As iguarias servidas eram abundantes e seletas e testemunhavam o prestígio do anfitrião. O banquete devia, portanto, também fortalecer a reputação e a honra do príncipe ou nobre e consolidá-lo aos olhos dos companheiros de classe⁴². Geralmente dançava-se e na dança donzelas nobres, provenientes de conventos femininos, ocasionalmente tomavam parte⁴³. Contudo, mais importante é o fato de que tais acontecimentos ofereciam oportunidade para o canto e a recitação. Todavia, não apenas em tais ocasiões a palavra era conferida aos poetas. Havia cortes que fomentavam tais ofertas culturais, como as cortes dos condes de Kleve, do duque Henrique, o Leão, do landgrave da Turíngia e em especial as cortes do rei ou do imperador⁴⁴. Seguramente os próprios reis e imperadores como Henrique VI redigiram e recitaram poemas ou mandavam recitá-los⁴⁵. Não obstante, eram principalmente membros da ministerialidade que se apresentavam como trovadores e autores de poemas épicos. Heinrich von Veldeke, Friedrich von Hausen, Heinrich von Morungen, Hartmann von Aue, Wolfram von Eschenbach ou Walter von der Vogelweide, apenas para citar alguns, são para nós nomes conhecidos, cujas cantigas e poemas podem nos comover, se nós apenas uma vez nos aproximamos de seu vocabulário e disposição de idéias⁴⁶. Contudo, pouco sabemos sobre sua origem e vida. Eles eram provenientes – talvez com exceção de Hausen⁴⁷ – da ministerialidade, deste grupo que,

da servidão procurava alcançar a liberdade, que se apropriou das idéias vindas do oeste e lhes deu formas novas. Ela continuou a dar forma à idéia da cavalaria e criou uma cultura secular, que podia concorrer com a eclesiástica. Todavia deve-se confessar que as obras destes homens eram produtos culturais de ponta, que nem sempre eram alcançados. Muitas reuniões de nobres dispensavam estas *delicatessen* culturais e contentavam-se com a exibição da posição privilegiada da nobreza nos torneios. Porém, sem a sobrelevação da vida da nobreza, alocada na idéia da cavalaria, na qual senhores, ministeriais e simples nobres puderam se encontrar, teria faltado público para estas realizações culturais. Sem a cavalaria não teria havido a disposição para escutar e apreciar tais poemas. Não teria existido o menor ensejo para se apropriar de formas semelhantes de poesia provenientes do oeste.

A idéia de cavalaria chegou a um certo estágio final, quando o imperador Frederico II em 1232 proclamou o fim da classe cavaleiresca⁴⁸. Doravante somente deveria poder tornar-se cavaleiro e pertencer à classe dos cavaleiros aquele, cujos antepassados tivessem pertencido a essa classe. Cavaleiro tornou-se uma designação de classe de nascimento como conde, duque ou fidalgo. Isto, porém, conduziu à uma delimitação mais nítida entre as antigas famílias de nobres livres e aquelas, que não pertenciam a esse caso, pois essas procederam da servidão, da ministerialidade ou não puderam manter sua antiga classe de nascimento.

A idéia de cavaleiro como vínculo de união entre todos os membros da classe guerreira permaneceu, contudo, uma ficção. Nem todos os cavaleiros eram equiparados. Sutis diferenças existiam. A elas aludimos por ocasião do torneio de Colônia em 1486⁴⁹. Na moderna pesquisa alemã, menciona-se Karl-Heinz Spieß, destacou-se que as famílias senhoriais, portanto, as antigas famílias livres, que se elevaram por sobre a baixa nobreza, na maioria das vezes dispunham de mais terras e ampliavam seus domínios territoriais, não permitiam casamentos com a baixa nobreza. Os filhos de tais senhores casavam-se com as filhas de famílias de classe igual. Em regra, tais senhores também não davam suas filhas em casamento aos descendentes oriundos da baixa nobreza⁵⁰. A antiga diferenciação do direito territorial entre livre e servo continuou a existir, apenas pouco se modificou e por fim não pôde ser revogada pela idéia mais abrangente do cavaleiro cristão.

A sociedade cavaleiresca foi dominada por homens. Os poemas, especialmente a lírica amorosa, que sobrelevava a mulher⁵¹, tinham muito pouco a ver com a realidade. A imagem cortes da dama era e permaneceu uma invenção dos poetas, que praticavam seu jogo com essa mesma figura criada. Os ouvintes também estavam conscientes disso⁵². Através de outras fontes, contratos de casamento, crônicas, decisões jurídicas e afins sabemos que a filha era

dada pela família a um homem e entregue com o casamento ao *mund*⁵³, isto é, à proteção e à tutela de seu marido. O marido esperava obediência de sua esposa. Caso ela não se comportasse como o marido dela esperava, ele poderia puni-la fisicamente, encarcerá-la ou tentar quebrar sua teimosia de outra maneira⁵⁴.

Quando a casa dos Staufer acabou na segunda metade do século XIII, a sociedade nobre tinha se modificado no Império Alemão. Os ministeriais ascenderam da servidão e uniram-se aos nobres livres, formando a baixa nobreza. Os senhores permaneceram entre si, ao lado daqueles e daqueles distinguindo-se. Caso uma família senhorial não conseguisse conservar sua classe, ela descia para a baixa nobreza, para o que há inúmeros exemplos, ou extinguiu-se, pois seus filhos não mais encontravam cônjuges de classe correspondente. Também, nesse caso, podem ser arrolados inúmeros exemplos. O século XII e ainda o XIII podem ser francamente considerados como os períodos das famílias que se extinguíram. Isso, por outro lado, levou à concentração de poder na mão de poucas famílias senhoriais. Na verdade, a idéia da cavalaria uniu por bom tempo senhores e baixa nobreza, porém não pôde amalgamá-la em uma classe. A classe dos cavaleiros não era e nunca foi uma classe homogênea fechada em si. Contudo, a idéia da cavalaria conduziu a um florescimento de uma cultura secular de cavaleiros, que claramente contrastava com uma impregnada pelo meio eclesiástico. Todavia, esta cultura foi cultivada apenas em poucas cortes e não atingiu, de forma alguma, todos os nobres da mesma maneira. Porém esta cultura haverá avançado através de contatos durante os torneios, outras diversões, as cruzadas ou viagens à Roma até o último rincão do Império Alemão e haverá de deixar resultados, embora eles ainda possam ter sido diminutos. Estes resultados, porém, referiam-se apenas ao mundo dos homens. A relação dos sexos um com o outro mal foi tocada pelo novo espírito. A mulher permaneceu submissa a seu homem e tinha que obedecê-lo. Apesar disso o Império Alemão sofrera uma profunda mudança nos séculos, dos Otões até os Staufer e transformara a sociedade nobre. Ela colocou os reis e imperadores, após o declínio dos Staufer, diante de novos problemas.

Notas:

* Texto publicado em MILITZER, Klaus. Alemanha na Baixa Idade Média – feudalismo e cavalaria. In: *forum deutsch - Revista Brasileira de Estudos Germânicos*. Tradução de Álvaro Alfredo Bragança Júnior. Rio de Janeiro, n. 5, p.20-35, 2001.

1 Cf. as representações in: Gebhardt, Handbuch der deutschen Geschichte, v. 1, org. por Herbert Grundmann, Stuttgart 1970⁹.

2 Cf. Heinz Thomas in: Lexikon des Mittelalters, v. 5, München und Zürich 1991, p. 1304-1309; Peter Moraw, in: Deutsche Verwaltungsgeschichte, v. 1, org. por Kurt G. A. Jeserich, Hans Pohl, Georg-Christoph von Unruh, Stuttgart 1983, p. 31e ss.

- 3 Cf. as obras de von Heinrich Mitteis, *Lehnrecht und Staatsgewalt*, Weimar 1933; reimpressão: Darmstadt 1958; *Der Staat des hohen Mittelalters*, Weimar 1968⁸.
- 4 Cf., por exemplo, Otto Brunner, *Land und Herrschaft*, Wien 1965⁵.
- 5 François Louis Ganshof, *Qu'est-ce que la féodalité*, Brüssel 1944; em alemão: *Was ist das Lehnswesen?*, Darmstadt 1961. Tradução em português: *Que é o Feudalismo?*, Lisboa 1959 (citado conforme a tradução alemã). Sobre isso: *Studien zum mittelalterlichen Lehnswesen*, org. por Theodor Mayer (Vorträge und Forschungen 5), Lindau und Konstanz 1960. Cf. também o artigo „Lehnrecht“ de Karl-Heinz Spieß in: *Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgeschichte*, v. 2, Berlin 1978, p. 1725 e ss. Aqui encontram-se mais artigos sobre conceitos do direito feudal.
- 6 *Der Sachsenspiegel. Die Heidelberger Handschrift Cod. Pal. Germ 164. Kommentar und Übersetzung* von Walter Koschorrek, neu eingeleitet von Wilfried Werner, Frankfurt am Main 1989. São sempre abalizadas as edições de Karl August Eckhardt: *Sachsenspiegel Landrecht* (Germanenrechte Neue Folge: Land- und Lehnrechtsbücher), Göttingen 1955; *Sachsenspiegel Lehnrecht* (Monumenta Germaniae historica: Fontes iuris Germanici antiqui, nova series 1,2), Göttingen 1956².
- 7 *Geschichte der Welfen*, org. por Alexander Heinz, Essen o. J.², p. 36 e ss.
- 8 Bernhard Diestelkamp in: *Lexikon des Mittelalters*, v. 5, München und Zürich 1991, p. 1808-1811.
- 9 Hans-Georg Krause in: *Lexikon des Mittelalters*, v. 5, München und Zürich 1991, p. 1857. Sobre isso, Karl-Friedrich Krieger, *Die Lehnshoheit der deutschen Könige im Spätmittelalter* (Untersuchungen zur deutschen Staats- und Rechtsgeschichte NF 23), Aalen 1979, p. 34 e ss. Hartmut Leppin, *Untersuchungen zum Leihzwang*, in: *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte, Germanistische Abteilung* 105 (1988), p. 239-252. Leppin interpreta o Sachsenspiegel e constata, que existia uma obrigação de empréstimo para feudos divisionários conforme o Sachsenspiegel.
- 10 *Sachsenspiegel Lehnrecht* (cf. nota 6), p. 23, capítulo 4 § 2.
- 11 Ganshof (cf. nota 5), p. 25 e ss.
- 12 Cf. Rudolf Schieffer in: *Lexikon des Mittelalters*, v. 7, München und Zürich 1995, p. 626-628.
- 13 Rudolf Schieffer, *Die Entstehung des päpstlichen Investiturverbots für den deutschen König* (Schriften der Monumenta Germaniae historica 28), Stuttgart 1981; *Investiturstreit und Reichsverfassung*, org. von Josef Fleckenstein (Vorträge und Forschungen 17), Sigmaringen 1973; neste caso, em especial: Peter Clasen, *Das Wormser Konkordat in der deutschen Verfassungsgeschichte*, p. 141 e ss. Sobre isso, também Tilmann Struve in: *Lexikon des Mittelalters*, v. 5, München und Zürich 1991, p. 479-483.
- 14 Julius Ficker, *Vom Heerschild*, Innsbruck 1862; Reimpressão Aalen 1964; cf. Krieger (cf. nota 9), p. 117 e ss. Sobre isso: *Deutsches Rechtswörterbuch*, v. 5, red. por Otto Gönnerwein e Wilhelm Weizsäcker, Weimar 1953-1960, p. 530-532; Karl-Friedrich Krieger in: *Lexikon des Mittelalters*, v. 4, München und Zürich 1989, Sp. 2007 e ss.
- 15 A dificuldade também se reflete no direito feudal de Eike von Repgow: *Sachsenspiegel Lehnrecht* (cf. nota 6), p. 19, capítulo 1.
- 16 Pensando totalmente em categorias jurídicas e de direito constitucional e delas se valendo: Mitteis, *Lehnrecht* (cf. nota 3), p. 546 e ss.
- 17 Cf. um pouco em Klaus Flink, *Territorialbildung und Residenzentwicklung in Kleve*, in: *Territorium und Residenz am Niederrhein*, org. por Klaus Flink e Wilhelm Janssen (Klever Archiv 14), Kleve 1993, p. 73 e ss.; Manfred Groten, *Zur Entwicklung des Kölner Lehnshofes und der kölnischen Ministerialität im 13. Jahrhundert*, in: *Der Tag bei Worringen 5. Juni 1288* (Mitteilungen aus dem Stadtarchiv von Köln 72), Köln Wien 1988, p. 1 e ss..
- 18 Cf. Ganshof (cf. nota 5), p. 172 e ss. Em posição contrária B. Diestelkamp, *Lehnrecht und spätmittelalterliche Territorien*, in: *Der deutsche Territorialstaat im 14. Jahrhundert*, v. 1, org. por Hans Patze (Vorträge und Forschungen 13), Sigmaringen 1970, p. 74 e ss., que atenua as afirmações de Ganshof, mas sem razão. Todavia, tratava-se de uma questão de poder de quem conseguia se impor. Por fim os senhores territoriais eram em geral mais capazes de se impor, já que dispunham de maiores instrumentos de poder que os vassallos deles dependentes.
- 19 Mitteis, *Lehnrecht* (cf. nota 3), p. 556 e ss.; Ganshof (cf. nota 5), p. 109 e ss. Sobre isso, Volker Henn, *Das ligische Lehnswesen im Westen und Nordwesten des mittelalterlichen Deutschen reiches*, Diss. phil. Bonn, München s. d.

- 20 Georg Droege, *Landrecht und Lehnrecht im hohen Mittelalter*, Bonn 1969, p. 51 e ss. Cf. também Helmut Beumann, *Zur Entstehung transpersonaler Staatsvorstellungen*, in: *Das Königtum*, org. por Theodor Mayer (Vorträge und Forschungen 3), Darmstadt 1969, p. 185 e ss..
- 21 Alain Erlande-Brandenburg, *Das Herrscherbild im Mittelalter – Erbe oder Aneignung*, in: *Krönungen. Könige in Aachen – Geschichte und Mythos*, org. por Mario Kramp, v. 1, Aachen 2000, p. 77 e ss.; Ursula Nilgen, *Herrscherbild und Herrschergenealogie der Stauferzeit*, in: idem, p. 357 e ss.
- 22 Heinrich Mitteis, *Die deutsche Königswahl*, Darmstadt 1963. Por fim com outra tônica: Armin Wolf, *Die Kurfürsten des Reiches*, in: *Krönungen*, v. 1 (cf. nota 21), p. 87 e ss..
- 23 Ernst-Dieter Hehl, *Die Erzbischöfe von Mainz bei Erhebung, Salbung und Krönung des Königs (10. bis 14. Jahrhundert)*, in: *Krönungen*, v. 1 (cf. nota 21), p. 97 e ss..
- 24 Cf. Droege (cf. nota 20), *passim*.
- 25 Hans Hirsch, *Die hohe Gerichtsbarkeit im deutschen Mittelalter*, 2. edição com um posfácio de Theodor Mayer, Darmstadt 1958
- 26 Cf., por exemplo, Ernst Klebel, *Territorialstaat und Lehen*, in: *Studien zum mittelaltelrichen Lehnswesen* (cf. nota 5), p. 195-228.
- 27 Sobre o complexo processo de surgimento dos territórios: *Der deutsche Territorialstaat im 14. Jahrhundert*, hrsg. von Hans Patze, 2 volumes (Vorträge und Forschungen 13-14), Sigmaringen 1970-1971
- 28 *Sachsenspiegel Lehnrecht* (cf. nota 6), p. 19 e ss., capítulos 1, 2 § 1-7.
- 29 Cf. Karl Bosl, *Die Reichsministerialität der Salier und Staufer*, 2 volumes (Schriften der Monumenta Germaniae historica 10), Stuttgart 1950-1951; em especial v. 1, p. 25 e ss.; v. 2, p. 602 e ss..
- 30 Cf. Rudolf Schieffer in: *Rheinische Geschichte*, v. I,3, Düsseldorf 1983, p. 157 e ss.; Wilhelm Janssen, *Die niederrheinischen Territorien im Spätmittelalter. Politische Geschichte und Verfassungsentwicklung 1300-1500*, in: *Rheinische Vierteljahrsblätter* 64 (2000), p. 61 e ss.
- 31 Bosl (cf. nota 29), v. 1, p. 74 e ss.; v. 2, p. 604 e ss.
- 32 Idem, v. 1, p. 200 e ss.
- 33 Idem, v. 2, p. 590 e ss.
- 34 Maurice Keen, *Das Rittertum*, München und Zürich 1987. Edição original em inglês: *Chivalry*, New Haven und London 1984. Sobre isso, Josef Fleckenstein, *Die Entstehung des niederen Adels und das Rittertum*, in: *Herrschaft und Stand. Untersuchungen zur Sozialgeschichte im 13. Jahrhundert*, org. por Josef Fleckenstein (Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für Geschichte 51), Göttingen 1977, p. 17-39. Além disso *Das Rittertum im Mittelalter*, org. por Arno Borst (Wege der Forschung 349), Darmstadt 1976.
- 35 Werner Rösener in: *Lexikon des Mittelalters*, v. 7, München und Zürich 1995, p. 1646 e ss. Além disso Elsbet Orth, *Formen und Funktionen der höfischen Rittererhebung*, in: *Curialitas. Studien zu Grundfragen der höfisch-ritterlichen Kultur*, org. por Josef Fleckenstein (Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für Geschichte 100), Göttingen 1990, p. 128-170; Keen (cf. nota 34), S. 101e ss.
- 36 Lutz Fenske, *Der Knappe: Erziehung und Funktion*, in *Curialitas* (cf. notas 35), p. 55-127.
- 37 Josef Fleckenstein, *Friedrich Barbarossa und das Rittertum. Zur Bedeutung der großen Mainzer Hoftage von 1184 und 1188*, in: *Festschrift für Hermann Heimpel zum 70. Geburtstag am 19. Sept. 1971*, v. 2 (Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für Geschichte 36/II), Göttingen 1972, p. 1023-1041; Heinz Wolter, *Der Mainzer Hoftag von 1184 als politisches Fest*, in: *Feste und Feiern im Mittelalter*, org. por Detlef Altenburg, Jörg Janut und Hans-Hugo Steinhoff, Sigmaringen 1991, p. 193-199.
- 38 *Das ritterliche Turnier im Mittelalter*, org. por Josef Fleckenstein (Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für Geschichte 80), Göttingen 1985, com inúmeros artigos ricos em explicações. Além disso Richard Barber & Juliet Barker, *Tournaments. Jousts, Chivalry and Pageants in the Middle Ages*, Woodbridge 1989, com inúmeras estampas.
- 39 Klaus Militzer, *Turniere in Köln*, in: *Jahrbuch des Kölnischen Geschichtsvereins* 64 (1993), p. 37-59; idem, *Turniere in Köln*, in: *Fasciculi Archaeologiae Historicae* 8 (1995), p. 55-65.
- 40 Keen (cf. nota 34), p. 33 e ss.
- 41 Sabine Krüger, *Das kirchliche Turnierverbot im Mittelalter*, in: *Das ritterliche Turnier* (cf. nota 38), p. 401-422.

- 42 Sobre a importância das festas, por exemplo: Bernd Schneidmüller, *Reichsfürstliches Feiern. Die Welfen und ihre Feste im 13. Jahrhundert*, in: *Feste und Feiern* (cf. nota 37), p. 165-180.
- 43 Militzer, *Turniere* (cf. nota 39), p. 45 e ss.
- 44 Joachim Bumke, *Höfische Kultur*, 2 v., München 1986, entrementes 9ª ed., München 1999; aqui, em especial: v. 2, p. 638 e ss.
- 45 *Des Minnesangs Frühling*, rev. por Carl von Kraus, Stuttgart 1962³³, p. 42-44. Além disso, Helmut de Boor, *Die höfische Literatur*, 11. edição, revista por Ursula Henning (*Geschichte der deutschen Literatur* 2), München 1991, p. 235 e ss.
- 46 Cf. de Boor (cf. nota 45), p. 39 e ss., 86 e ss., 237 e ss., 241e ss., 255 e ss., 262 e ss., 277 e ss.
- 47 Hausen provavelmente descendia da antiga nobreza livre: de Boor (cf. nota 45), p. 241.
- 48 J.-L.-M. Huillard-Bréholles, *Historia diplomatica Friderici secundi*, v. 4,1, Paris 1854, p. 163 e ss. Além disso, Josef Fleckenstein, *Zum Problem der Schließung des Ritterstandes*, in: *Historische Forschungen für Walter Schlesinger*, org. por Helmut Beumann, v. 1, Köln Wien 1974, p. 252-271, especialmente p. 267 e ss.; Josef Fleckenstein in: *Lexikon des Mittelalters*, v. 7, München und Zürich 1995, p. 871.
- 49 Militzer, *Turniere* (cf. nota 39), p. 42 e ss.
- 50 Karl-Heinz Spieß, *Ständische Abgrenzung und soziale Differenzierung zwischen Hochadel und Ritteradel im Spätmittelalter*, in: *Rheinische Vierteljahrsblätter* 56 (1992), p. 181-205; do mesmo autor: *Familie und Verwandtschaft im deutschen Hochadel des Spätmittelalters* (*Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Beihefte 111), Stuttgart 1993.
- 51 Cf. por exemplo de Boor (cf. nota 45), p. 201e ss.
- 52 Bumke, *Höfische Kultur* (cf. nota 44), v. 2, p. 453 e ss. Werner Rösener, *Die höfische Frau im Hochmittelalter*, in: *Curialitas* (cf. nota 35), p. 229 e ss. também chamou a atenção sobre a discrepância entre poesia e realidade.
- 53 Sobre isso W. Ogris, in: *Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgeschichte*, v. 3, Berlin 1984, p. 750-761.
- 54 Sobre isso, especialmente com exemplo convincentes: Spieß, *Familie* (cf. nota 50), p. 472 e ss.